

## Lisboa d´outra hora, agora<sup>1</sup>

Madalena Vaz Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto propõe uma leitura da crônica *Cidade inventada*, de Cardoso Pires, a partir de um viés pós-colonialista. Com base em *O local da Cultura*, de Homi Bhabha (1998), propomos pensar o encontro entre o colonizador e o colonizado, apresentado na crônica cardosiana, como uma possibilidade de desconstrução dos essencialismos da linguagem evidentes no discurso ocidental, tentando estabelecer relações entre uma escrita que se quer interrogativa e uma crítica que busca intervir nos discursos ideológicos da modernidade.

**Palavras-chave:** Pós-colonialismo. Tradução cultural. Escrita interrogativa.

*Reivindico para a literatura o dever de colocar perguntas, de ser, portanto, uma literatura interrogativa, uma literatura que funcione como consciência crítica, como objeto de inquietude, que proponha meditações e reflexões.*

Antonio Tabucchi (1991).

*Por mim, no que toca ao modo de narrar, prefiro correr o risco de jamais atingir o ponto impreciso da clareza a pecar por excesso, ultrapassando-a.*

José Cardoso Pires (1999).

Este trabalho propõe uma leitura da crônica “Cidade inventada”, de José Cardoso Pires, a partir da crítica pós-colonialista, tentando estabelecer relações entre uma escrita que se quer interrogativa e uma crítica que busca intervir nos discursos ideológicos da modernidade.

Celebrar é aderir. O ensaio de Antonio Tabucchi, citado na epígrafe, situa o início do século XX, em termos literários, em 1908, com a publicação do manifesto futurista de Marinetti. Segundo o autor, o futurismo reflete um desejo de intervir na realidade, sendo um

<sup>1</sup> N.do E. O título “Lisboa d´outra hora agora” foi inspirado em um verso de Fernando Pessoa ortônimo, cuja última estrofe é a seguinte: *Com que ânsia tão raiva / Quero aquele outrora! / E eu era feliz? Não sei: / Fui-o outrora agora.* (Grifos nossos) (PESSOA, 1986, p.174).

<sup>2</sup> Madalena Vaz Pinto, doutora em Letras pela Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (2007), é professora de literatura portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em S. Gonçalo e diretora do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro. Suas pesquisas concentram-se na literatura portuguesa, moderna e contemporânea. E-mail: [vazpinto.mada@gmail.com](mailto:vazpinto.mada@gmail.com).

de seus aspectos mais importantes a celebração da sociedade industrial e da máquina como novo mito:

[...] nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com seu cofre adornado de grossos tubos como serpentes de fôlego explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais belo que a Vitória de Samotrácia (MARINETTI, *apud* TELLES, 1986, p. 91).

Entretanto, é na adversidade que se produz questionamento. Assim, grande parte da literatura do século XX é uma literatura interrogativa, que funciona como consciência crítica, podendo as justificativas para este fato ser encontradas no percurso histórico desse século: início com a utopia das vanguardas; progressiva descrença no projeto da modernidade; crise profunda gerada pela Segunda Guerra Mundial. A pós-modernidade define-se, então, como o assumir da derrota do projeto da modernidade fundado em metanarrativas que pretendiam abarcar a totalidade da experiência humana, e o surgimento, em seu lugar, de uma multiplicidade de relatos que se assumem como fragmentados e contingentes.

Os discursos teóricos sobre literatura do século XX questionaram o modelo dicotômico sujeito-objeto – que pressupunha um sujeito inalterável e um objeto que lhe era anterior – substituindo-o por um modelo interrelacional, com ênfase na construção e na contingência. Também a passagem do modelo comunicacional, de Roman Jakobson, para um modelo mais complexo, em que as categorias de emissor, receptor e mensagem não são “estáveis”, mas passíveis de atualizações permanentes, é necessária para entender a utilidade da metáfora da linguagem no entendimento de fenômenos não linguísticos. Esta foi a proposta do pós-estruturalismo, ao usar a linguística e suas categorias – signo, enunciação, texto – para pensar as atividades humanas como uma série de linguagens. Foi o que fizeram Jacques Lacan, com a noção de inconsciente estruturado como linguagem; Jacques Derrida, com a ideia de disseminação ou contínua difusão de significados; e Roland Barthes com a ampliação da noção de texto.

Homi Bhabha, em seu livro *O local da cultura* (1998), vai dar seguimento a estas ideias ao propor a desconstrução dos essencialismos da linguagem evidentes no discurso ocidental, com a intenção de tornar legítimos toda uma série de discursos produzidos à margem dessa cartografia:

Minha utilização da teoria pós-estruturalista emerge dessa contra-modernidade pós-colonial. Tento representar uma certa derrota, ou mesmo uma impossibilidade, do Ocidente e sua legitimação de “ideia” de colonização. Movido pela história subalterna das margens da modernidade – mais do que pelos fracassos do logocentrismo – tentei, em pequena escala, revisar o conhecido, renomear o pós-moderno a partir da posição do pós-colonial (BHABHA, 1998, p. 249).

Esta noção de “derrota ou impossibilidade do ocidente e sua legitimação da ideia de colonização”, defendida por Bhabha, manifesta-se na intenção de “reconstruir o discurso da diferença cultural” (BHABHA, 1998, p. 249). Como tal, a crítica pós-colonial busca formas de pensamento que levem em consideração a alteridade, espaço simbólico das identificações sociais e psíquicas. Trata-se de dar um estatuto de igualdade às manifestações simbólicas das minorias, até aqui analisadas à luz de teorias holísticas que não fazem mais que reiterar a diferença.

Se a crítica pós-colonial decorre, em parte, da teoria pós-moderna, é porque com ela partilha da “severa reavaliação ao pensamento das luzes, à ideia de um fim unitário da história e à de um sujeito”, bem como também partilha da recusa às formas holísticas de explicação. Por outro lado, difere destas, sobretudo, em dois aspectos, tanto na especificidade de seu objeto – “as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul” (BHABHA, 1998, p. 238) – quanto na intenção eminentemente política que orienta suas ações, evidente nas noções de *agency* e *empowerment*.

Se compartilha com a teoria pós-moderna da concepção do indeterminismo e da contingência como forma de impedir congelamentos de sentido, pretende, a partir daí, propor a redefinição do conceito de cultura, não mais entendida como conjunto de manifestações simbólicas que constituem um todo homogêneo transmitido de geração em geração, mas antes como conjunto híbrido que frequentemente perturba “a ordem dos símbolos culturais e traumatiza a tradição” (BHABHA, 1998, p. 250). Cultura passa a ser entendida não mais como manifestação do desenvolvimento intelectual, espiritual e estético de uma dada comunidade, mas antes como o “local”, por excelência, de enunciação da “diferença”. Comparativamente, o discurso da pós-modernidade está empenhado no conceito de “desconstrução” – trata-se, sobretudo, de *des-construir* noções, mais do que substituí-las –

enquanto a crítica pós-colonial tem um objetivo político, detectável no duplo movimento: desconstrução-construção.

A “metáfora da linguagem” traz à tona a questão da diferença e das incomensurabilidades culturais, não a noção etnocêntrica, consensual, da existência pluralista da diversidade cultural. Ela representa a temporalidade do significado cultural como “multi-acentuada” (BHABHA, 1998, p. 247).

Assim, para que as histórias emergentes possam ser escritas, Homi Bhabha afirma ser necessária “uma revisão radical da temporalidade social” (BHABHA, 1998, p. 240). No entanto, esta revisão não está isenta de problemas: como interpretar situações “fora da temporalidade” ocidental se as ferramentas de que se dispõe decorrem dessa mesma temporalidade? Se, ao se ocuparem dos discursos coloniais ou pós-coloniais, as figuras mais influentes ocupam uma situação ambivalente, uma vez que, tendo nascido e sido educados em países “periféricos”, como a Palestina e Índia, construíram a sua carreira acadêmica no ocidente e, portanto, “their contribution to shaping the field has arisen within the same context of the internationalization that they are attempting to study” (MINGOLO, 1996, p. 24)<sup>3</sup>. É o caso, por exemplo, da teórica e filósofa Gayatri Spivak, nascida na Índia, formada pela Universidade de Cornell e professora da Universidade da Columbia.

O que significa, usando a expressão de Walter Mingolo, pensar a “razão pós-colonial como um local de enunciação diferenciada?”. Segundo as palavras do autor, “‘Diferencial’, aquí, significa también un desplazamiento de los conceptos y las prácticas de las nociones del conocimiento y también de las formas de entendimiento articuladas durante el período moderno” (MINGOLO, 1996, p. 19)<sup>4</sup>.

Em primeiro lugar, trata-se de fundamentar a razão pós-colonial, o que se inicia pela discussão da própria construção do conceito de modernidade, o qual obrigatoriamente contempla a noção de periferia:

I will argue that modernity is, in fact, a European phenomenon, but one constituted in a dialectical relation with a non-European alterity that is its ultimate content. Modernity appears when Europe affirms itself as the “center” of a World history that it inaugurates; the “periphery” that surrounds

<sup>3</sup> Sua contribuição para definir o campo de análise originou-se no interior do mesmo contexto de internacionalização que estão tentando estudar. (Tradução nossa).

<sup>4</sup> Diferencial, aqui, significa também um deslocamento dos conceitos e práticas das noções de conhecimento e também das formas de entendimento articuladas durante o período moderno. (Tradução nossa).

this center is consequently part of its self-definition (DUSSEL, apud MINGOLO, 1996, p. 19).<sup>5</sup>

Em segundo, trata-se de mostrar como “as histórias metropolitanas da *civitas* não podem ser concebidas sem se evocarem os selvagens antecedentes coloniais dos ideais da civilidade” (BHABHA, 1998, p. 244).

O conceito de “tradução cultural”, de Bhabha, pode servir-nos de ponte para a leitura da crônica “Cidade inventada”, do escritor português José Cardoso Pires. Aí se narra o episódio de um português em viagem ao Sri Lanka<sup>6</sup> para participar num congresso: “Eu no Ceilão que os meus avós tinham dominado noutras eras. Na ilha da fortuna que Camões chamou Taprobana e que agora era Sri Lanka ou, à letra ‘Abençoada Ceilão’” (PIRES, 1994, p. 28), posse dos portugueses durante o século XVI, “deixando um rastro de quatro séculos de gerações que se prolongaram até hoje com Freitas Stores, Cabral & Sons, Mascarenhas Shipchangers, Castro Dias, Oliveiras, eu sei lá” (PIRES, 1994, p. 28). Rajur Fremoso, cingalês, desejoso de conhecer um descendente de seus antepassados, toma a iniciativa de se apresentar ao português. A ele mostrará a sua cidade, Ceilão e, inesperadamente, uma Lisboa fabulosa:

Em relação a Lisboa, sabia-a não só pela linha dos “grand paters” como pelas fotografias e pelas notícias dos jornais. Lisboa, *perle del oceani*, não é assim? E voltando-se para os dois cingaleses descreveu-a em pedra rendada, uma Veneza com uma estátua equestre a abrir as portas do Atlântico e colinas luminosas donde se podiam admirar todos os horizontes. Uma cidade onde o vinho se tornava sagrado, sangue de reis e de santos, e onde água de beber corria pelo ar em pontes de pedra e arco. *Magnificent, isn't it?* (PIRES, 1998, p. 31).

É produtivo ler esta crônica na ótica da teoria pós-colonial. Nela narra-se uma situação “às avessas” – um encontro entre ex-colonizador e ex-colonizado narrado a partir do ponto de vista do primeiro – narração em que fica evidente o fascínio do ex-colonizado pelo país colonizador. A questão da linguagem, assim como a sua ausência, ocupa um lugar central ao longo da narrativa: “O silêncio. Durante a minha estadia em Sri Lanka seria essa a chave da

---

<sup>5</sup> Meu argumento é que a Modernidade é, de fato, um fenômeno europeu, mas constituído dialeticamente em relação a uma alteridade não-europeia; essa é sua marca substancial. A Modernidade surge quando a Europa se afirma como centro de uma história mundial que ela inaugura; a periferia em torno desse centro é consequentemente parte de sua definição. (Tradução nossa).

linguagem dos naturais na sua relação com o visitante” (PIRES, 1988, p. 26). O discurso de Fremoso atua, por sua prolixidade e liberdade imagética, como uma espécie de compensação frente à ausência de comunicabilidade. No entanto, esse contato verbal entre o visitante português e natural descendente, está longe de se constituir em um diálogo. Em primeiro lugar existe a questão da língua. O cingalês fala com o português numa terceira língua: o inglês. Ou então em espanhol, achando, conforme comenta o português, que estão a falar na mesma língua. Ou seja, o português, a língua “imperial” primeira, não deixou vestígios, nem sequer no nome: ninguém se refere ao Ceilão como Ceilão português. Depois, por uma questão de mensagem: a Lisboa de que fala Rajur não encontra eco no português (nem ele parece buscar tal empatia), e assim o que se dá é uma fala (por parte do cingalês) e uma escuta (por parte do português).

Se é evidente que a teoria pós-colonialista engloba os dois agentes do processo, colonizador e colonizado, também é verdade que procura, sobretudo, dar voz, e em casos mais extremos, dotar de voz, o colonizado, que teve sua liberdade cerceada pelo colonizador. Se no diálogo entre os dois não notamos sinais de ressentimento por parte de Rajur nem sinais de desconforto por parte do português. Durante o relato desse encontro existem sinais que evidenciam uma situação de subalternidade que nos obriga a voltar atrás no tempo, a rever a história, numa ótica pós-colonial. O clima cordial mantido durante as conversas entre os dois protagonistas, por sua vez, revela a posição acrítica de Rajur relativamente à colonização portuguesa, talvez porque seus ressentimentos se tenham guardado para a posterior colonização inglesa, mas a crônica não faz referência a esse fato. O que sabemos é que a permanência portuguesa deu-se entre 1518-1650, e que, durante este período, Ceilão se tornou uma das pedras angulares do sistema colonial português, pelo grande volume de especiarias comercializadas.

A mesma passividade está presente no comentário ao relato das crianças meretrizes que o português lhe conta impressionado: “Conheço, disse o Fremoso L.L.B., acenando com a cabeça. Aqui chamam-lhes as Virgens do Sri Lanka. [...] os clientes dessas casas, na maior parte estrangeiros ou pessoas de razoável condição, costumavam oferecer chocolates ou caramelos às meninas depois de se servirem delas e às vezes até bonecas” (PIRES, 1994, p. 29).

---

<sup>6</sup> Colombo, em Ceilão, foi conquistada em 1518, tornando-se uma das pedras angulares do sistema português até à conquista pelos holandeses, na década de 1650 (MARQUES, 1974, p. 99).

Outro aspecto a notar é o fato de as “conversas” entre os dois serem regadas a *Port Wine*, vinho que começou a ser produzido em Portugal pelos ingleses e que traz consigo a marca de uma longa trajetória de dependência confirmada pelo Tratado de Methuen (1703)<sup>7</sup>. Este fato histórico, com certeza introduzido intencionalmente pelo escritor Cardoso Pires, chama a atenção para a posição de subalternidade assumida por Portugal em relação à Inglaterra, e funciona assim como uma espécie de alerta no momento em que se pretende estabelecer definições.

Antes de definir Ceilão como anterior colônia portuguesa há que lembrar a própria situação ambígua de Portugal. Este fato, por sua vez, leva-nos a relembrar as características especiais que marcaram a colonização portuguesa enquanto ação desenvolvida por um país semiperiférico:

[...] o facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos, simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa é o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva. Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem (SANTOS, 1994, p. 58).

Outra característica importante foi a permeabilidade dos portugueses em relação às culturas encontradas, o contrário, portanto, de uma atitude refratária e autoritária, o que permite classificar a cultura portuguesa como “cultura de fronteira”, com “capacidade de adaptação a todas as coisas” como definiu o sociólogo Jorge Dias (*Apud* SANTOS, 1994, p. 54), ou “essencialmente cosmopolita”, na expressão de Fernando Pessoa (PESSOA, 1976, p. 329).

Não menos surpreendente é a aceitação do relato fabuloso por parte do português, mas aqui as razões remetem a uma outra questão, ligada diretamente ao modo de narrar que caracteriza a literatura interrogativa. Temos, na Lisboa imaginada por Rajur, uma “tradução”, um deslocamento construído a partir de uma colagem de memórias. Pela parte que toca ao português, não se trata de “corrigir” a versão de Rajur, até porque a narrativa parte do pressuposto de que não existe uma Lisboa, mas Lisboas:

---

<sup>7</sup> “Nos termos do qual foi acordado que os tecidos de lã ingleses e outras manufacturas de lã seriam admitidos sem restrições em Portugal [...] enquanto os vinhos portugueses entrariam em Inglaterra pagando dois terços dos direitos pagos pelos franceses. Este tratado confirmou a posição de Portugal como exportador de vinho em larga escala [...]” (MARQUES, 1974, p. 289).



[...] e pensava na mitologia das cidades inventadas sobre a geografia do real: a Lisboa que Públius Terêncio consagrou, a que Sade, o divino Marquês, redigiu na sua cela da Bastilha e, pior que todas, aquela que alguns ulissiponenses<sup>8</sup> encartados têm divulgado pelo tempo fora num burocrático fervor (PIRES, 1994, p. 32).

Não existe uma Lisboa correta a preservar. É nesta postura, de legitimar a aporia, que encontramos paralelos entre a escrita de Cardoso Pires e alguns pressupostos da crítica pós-colonial. Assim como a crítica pós-colonial desafia o pensamento da hegemonia europeia, a escrita de Pires caracteriza-se por ser iminentemente interrogativa:

Por hipótese, isto é, concedendo ao imaginário um crédito provisório de realidade experimentada e colocando-a em igualdade de discussão com o real, não por atitude agnóstica mas com o objetivo de estimular opções interpretativas e descobrir sugestões operatórias que conduzam à descoberta de um conjunto vivo, polimórfico (PIRES, 1999, p. 144).

Para o melhor aproveitamento da experiência relatada nesta crônica, cabe lembrar as distinções feitas por Roland Barthes, em *O prazer do texto* (1973), entre língua, fala e texto: não é língua, não é fala, é antes pensar o texto como objeto de prazer. Deixa-se para trás ou num plano secundário a significância e abandona-se o corpo à escuta pura, sendo o poder encantatório na proporção de sua estranheza e opacidade. É o que Barthes descreve na sua experiência em Tânger:

As palavras, os pequenos sintagmas, os fins de fórmulas passavam em mim, e **não se formava nenhuma frase**, como se fosse essa a lei desta linguagem. Esta fala simultaneamente muito cultural e muito selvagem era sobretudo lexical, esporádica, constituía em mim, através do seu fluxo aparente, um descontínuo definitivo: esta **não-frase** não era qualquer coisa que não teria conseguido ter acesso à frase, que teria existido **antes** da frase; era: aquilo que existe eternamente, soberbamente, **fora da frase** (BARTHES, 1983, p. 94). (Grifos do autor).

Jonathan Culler chama a atenção para o movimento hedonista de Barthes, a sua passagem de estruturalista, interessado em “reconstruir um objeto de forma a tornar

---

<sup>8</sup> Segunda uma das lendas sobre a fundação de Lisboa, a cidade teria sido fundada por Ulisses. Os seus habitantes seriam os ulissiponenses.



manifestas suas regras de operação” (CULLER, 1988, p. 74) para assumir o “prazer do texto”, texto entendido como fonte de prazer *versus* sistema e significação:

[...] a substituição de “mente” por “corpo” é compatível com a ênfase de Barthes na materialidade do significante como fonte de prazer. Quando ouve o canto, ele prefere “a superfície da voz” [*le grain de la voix*] corporal à expressividade, ao sentido ou à articulação. No Japão, ele se deleita com a opacidade da cultura do país aos olhos de um estrangeiro (que não percebe o sentido que seria evidente para um natural do país). Tudo que presencia transforma-se em deliciosa exibição do movimento corporal: “Lá, o corpo existe” (CULLER, 1988, p. 86).

É o que parece acontecer quando o narrador da crônica de Cardoso Pires se abandona à descrição de Lisboa por Rajur. Abandona-se e aceita a sua opacidade, pois não se trata de “entender”, mas antes de sentir, de ser corpo mais do que mente:

Ouvindo aquele doutor na sua linguagem de fábula, perguntava a mim mesmo que cidade estava ele agora a contar só para si. Lisboa, isso entendia, constava do meu vocabulário. Quanto à palavra Lisboa, tudo bem. Mas o resto era um labirinto de sílabas enredadas em frases de muitos tons. Lisboa, dizia ele, e eu imaginava-o a falar dum Tejo bordejado de delfins de prata, via ouro a escorrer dos areais, castelos de espelho que cegavam águias loucas, e pensava na mitologia das cidades inventadas sobre a geografia do real: a Lisboa que Públius Terêncio consagrou, a que Sade, o divino Marquês, redigiu na sua cela da Bastilha e, pior que todas, aquela que alguns ulissiponenses encartados têm divulgado pelo tempo fora com burocrático fervor (PIRES, 1988, p. 32).

A apologia barthesiana em o “prazer do texto” está longe de se constituir em mera fruição. O seu caráter político está na denúncia que faz do ideológico no aparentemente inocente ou “natural”. Também a escrita de Cardoso Pires, ao desestabilizar certezas, ao introduzir zonas de instabilidade, provoca a obrigatoriedade de uma leitura atenta, “desconfiada”. A mudança no conceito de cultura proposto por Bhabha (1998), de “objeto epistemológico” a “lugar enunciativo”, abre por sua vez espaço para entender a postura do narrador frente ao objeto que lhe é narrado. Este aparece-lhe como fabuloso, fora da realidade, embora nem por isso de menor legitimidade:

Da Lisboa que um pequeno diabo alucinado me mostrou na varanda dum hotel de Colombo resta-me uma recordação maior porque me foi descrita

numa linguagem inventada. Assim, ouvida em mistério, talvez alguém pudesse inventar dela ainda uma outra Lisboa (PIRES, 1994, p. 32).

Parece claro, então, que não existe, na fala de Rajur, aquilo que Laura Padilha chamou de “afã desterritorializante” (PADILHA, 1996, p.99). Em meio à invasão da cidade por congressistas de todo o mundo, Lisboa funciona, para ele, como a possibilidade de compartilhar com o português, essa cidade inventada, essa Lisboa d’outra hora, agora.

### Referências bibliográficas:

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DIAS, Jorge. *Estudos do caráter nacional*. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1971.
- DUSSEL, Enrique *apud* MINGOLO, Walter. La razón postcolonial. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. *Gragoatá, Revista do Instituto de Letras*, n. 1, 2º semestre, 1996, p. 7-29.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1985.
- MINGOLO, Walter. La razón postcolonial. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. *Gragoatá, Revista do Instituto de Letras*, n. 1, 2º semestre, 1996, p. 7-29.
- PADILHA, Laura. Jogo de Cabra Cega. Ficção angolana e desterritorialização. *Gragoatá, Revista do Instituto de Letras*, n. 1, 2. semestre, 1996, p. 97-110.
- PESSOA, Fernando. *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa: Ática, 1976.

\_\_\_\_\_. Pobre velha música *In: Cancioneiro. Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 174.

PIRES, José Cardoso. *E agora, José?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

\_\_\_\_\_. *Jogos de azar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

TABUCCHI, Antonio. *El siglo XX: balance e perspectivas seguido de La novella, el problema: una conversation con Antonio Tabucchi*. Canarias: Editora Las Palmas, Viceconsejería de cultura y deportes. Gobierno de Canarias, 1991.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro*. 9. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

### Lisbon once upon a time, now<sup>9</sup>

**Abstract:** This text proposes a reading of *Cidade Inventada*, a chronicle by Cardoso Pires, using post-colonial theory as an interpretative key. Based on Homi Bhabha's *The Location of Culture*, we propose to think about the encounter that happens in that chronicle between the colonized and the colonialist as a possibility of deconstructing language's essentialism as shown in western tradition. Our aim here is to establish a link between an interrogative writing and a critique that intervenes on the ideological discourses of modernity.

**Key words:** Post-Colonialism. Cultural Translation. Interrogative Writing.

**Recebido em:** 01 de dezembro de 2012.

**Aprovado em:** 27 de dezembro de 2012.

---

<sup>9</sup> N. do E. Não vertemos o título para o inglês, para preservar o jogo discursivo da autora, dialogando com poema do Cancioneiro, 'Pobre velha música', de Fernando Pessoa ortônimo.